

Governo quer negociar redutor para preços e reajuste menor para tarifas

Da Sucursal de Brasília

Editoria de Arte

Luciano Andrade - 88

COMO O GOVERNO PRETENDE AGIR

Juros — O governo acredita que, sem os juros altos, seriam mais dramáticos os movimentos especulativos no mercado financeiro. Por isso, continua sua política de taxas reais altas para o overnight.

Expectativas — São a principal causa da aceleração inflacionária, segundo a equipe econômica. O próprio presidente José Sarney vai se unir ao ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, para, em reuniões com empresários, tentar reverter as expectativas de descontrole da economia.

Preços — O governo vai negociar com os principais setores empresariais uma redução no ritmo das remarcações. O líder do governo na Câmara, Luis Roberto Ponte, sonda empresários tentando um acordo que limite as reajustes à inflação de 35% prevista para setembro. O governo promete reforçar a fiscalização contra abusos.

Tarifas — O Planalto e o Ministério da Fazenda querem reduzir os aumentos reais de tarifas públicas e preços administrados. A Seplan é contra e ainda não discutiu o assunto no governo.

O governo irá negociar com os empresários a fixação de um limite máximo para os reajustes de preços, em torno de 35%, que é a inflação prevista para setembro, informou ontem o líder do governo na Câmara, Luis Roberto Ponte. “O limite máximo pode ser uma boa idéia. Vamos nos concentrar nos setores empresariais de maior peso na economia”, disse o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. Ele espera a chegada do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega (prevista para hoje cedo) para iniciar as discussões sobre o plano de ação do governo.

A fixação de metas para os reajustes de preços é uma forma de enfrentar as expectativas negativas sobre o comportamento da inflação, disse Ponte. “Todos têm a absoluta convicção de que as expectativas são o principal fator inflacionário”, argumentou o líder do governo. A idéia lembra a tentativa do governo de controlar a aceleração dos preços no final do ano passado, através de um “pacto social” com a fixação de “tetos para reajustes”. Na prática, poucas indústrias e as empresas do governo cumpriram os acordos, que enfrentaram índices inflacionários sucessivamente mais altos e foram atropelados pelo Plano Verão, em janeiro.

A equipe econômica está decidida a concentrar seus esforços no controle dos reajustes de preços. Seus técnicos estão convencidos que, se forem controlados as remarcações preventivas (feitas por empresários para se defenderem da hiperinflação ou de um provável congelamento), será possível chegar até a posse do novo presidente com um índice entre 40% a 50%.

O próprio presidente José Sarney deverá acompanhar o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, no esforço de reunião de líderes empresariais para controlar as remarcações de preços. O governo acredita que Mailson foi bem sucedido em anular o princípio de pânico que se seguiu ao salto da inflação — de 9,94% em maio para quase 25% em junho — em rodadas de palestras com empresários, início do segundo semestre.

No Ministério da Fazenda e no Palácio do Planalto, argumenta-se que será necessário reduzir o ritmo da recomposição de tarifas das estatais. “Congelar tarifas seria matar as estatais; mas é necessário reduzir o quadro de recomposição de preços”, disse o ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

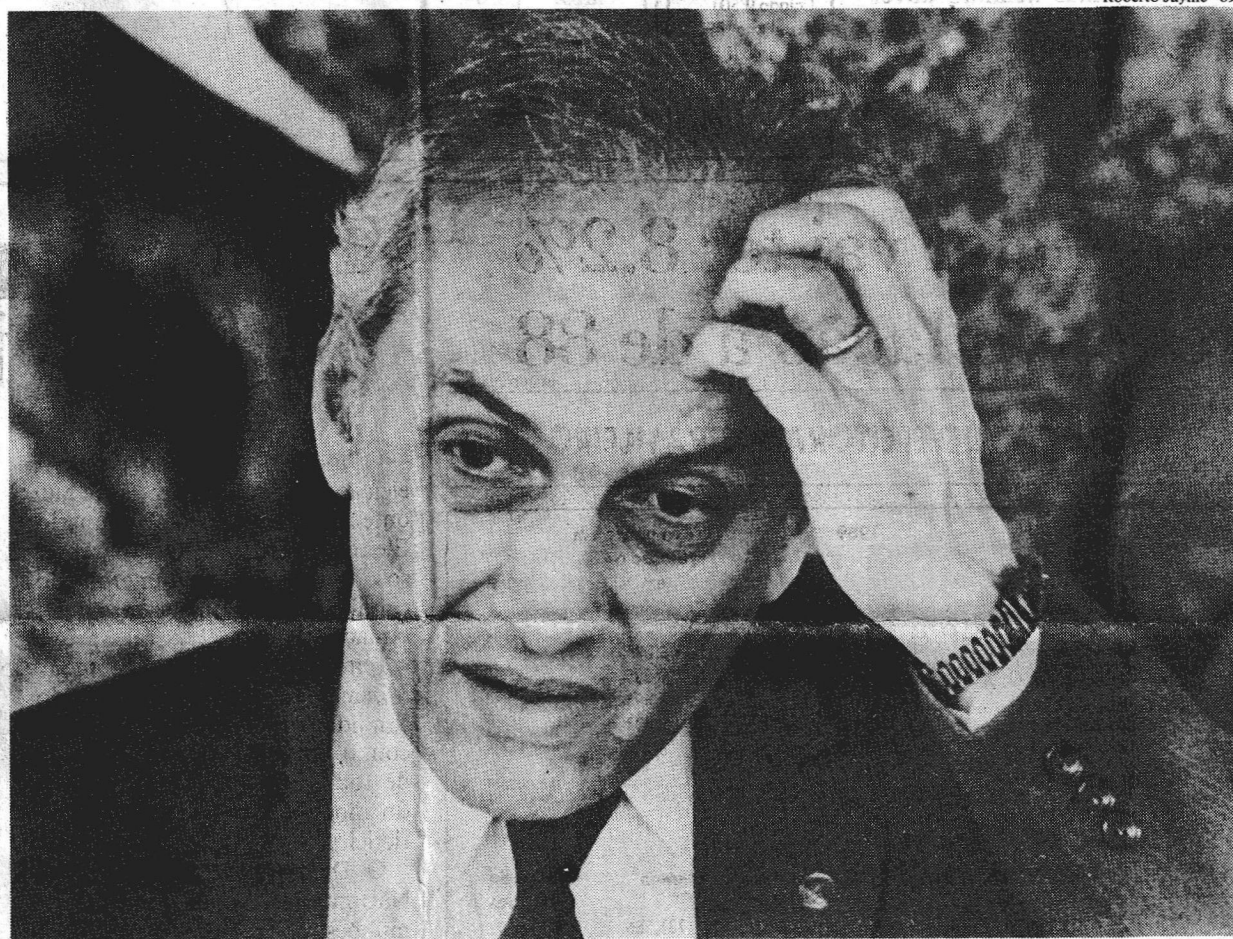
Para os técnicos do governo, porém, há margem de negociação para o governo em relação às tarifas de suas empresas. Os preços do aço e derivados, que têm reflexo direto sobre o preço de alguns eletrodomésticos e dos automóveis, já estão alinhados, na avaliação do Ministério da Fazenda. Resta, porém, um ponto delicado, que são as tarifas de energia elétrica, para as quais está previsto, ainda, um aumento de 20% acima da inflação.

Tanto Ponte quanto João Batista de Abreu esperam a volta do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega — que deve chegar hoje de Washington — para discutir o plano do governo contra as expectativas negativas na economia. Abreu garante que qualquer medida mais profunda que o controle dos preços só poderá ser tomada pelo próximo governo, mas argumenta que os indicadores da economia não apontam para o descontrole e para a hiperinflação.



O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, afirma que o governo vai concentrar esforços junto a oligopólios

Roberto Jayme - 89



O líder do governo na Câmara, Luis Roberto Ponte, propõe um reajuste máximo em torno de 35% para os preços